

MANIFESTO AO POVO PAULISTA

Diante da vitória de Tarcísio de Freitas-Felicio Ramuth (Republicanos e PSD, respectivamente) para o governo do estado de São Paulo, as entidades e movimentos abaixo assinados vêm manifestar sua real preocupação com as políticas do futuro governo estadual.

A derrota de Bolsonaro nas urnas foi indubitavelmente uma vitória importante que demonstrou nossa capacidade de organização e luta. Mesmo com todo o aparato de Estado sendo amplamente utilizado, o resultado das urnas não lhe foi favorável. Embora o total de votos para Bolsonaro tenha caído no estado de São Paulo em relação à 2018, sua candidatura ainda fez 55,24% do total de votos válidos contra 44,76% para Lula. Os percentuais para Tarcísio e Haddad, respectivamente, foram de 55,27% e 44,73%. Ou seja, os números indicam que muito provavelmente a(o)s eleitora(e)s de Tarcísio são os mesmos que votaram em Bolsonaro no estado. E isso nos faz entender que teremos um período de muitos desafios para lutar pelos direitos e pelas liberdades democráticas. Afinal, o governo de Tarcísio de Freitas poderá ser a extensão no estado de São Paulo do que foi o governo Bolsonaro.

A agenda de extrema direita, caracterizada pela retirada de direitos e pelo avanço das privatizações, os ataques à educação, à cultura, ao ambiente, às pessoas negras, LGBTQIAP+, indígenas e com deficiência, além das políticas negacionistas e obscurantistas, rondam-nos desde a transição de governo.

O anúncio de que Renato Feder, atual secretário no estado do Paraná, aceitou o convite para ser secretário da Educação aponta para reforçar três preocupações mais prementes:

1. a adoção de modelos cada vez mais privatistas na educação;
2. o avanço do ensino à distância (EAD);
3. a ameaça de militarização das escolas, como consta do programa de Tarcísio-Ramuth.

A autonomia das escolas públicas estaduais deve estar garantida conforme os projetos político pedagógicos de cada escola. O Conselho de Escola (artigo 45 da Lei Complementar 444/85), um dos espaços democráticos das escolas, deve ser fortalecido.

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 deve ser respeitado, garantindo liberdade de cátedra, de ensinar e de aprender.

Além da preocupação com a educação básica, devemos estar atenta(o)s às propostas para o ensino superior. São Paulo possui importantes universidades públicas, as estaduais Unesp, Unicamp e USP e o Centro Paula Souza, cujo funcionamento depende de ações do executivo e legislativo estaduais, e as federais UFABC, UFSCar e UNIFESP, além dos Institutos Federais. Ou seja, poderá haver ataques à autonomia universitária das universidades estaduais, como ocorreu com as federais. Da mesma forma, preocupa-nos o fato de políticas obscurantistas e negacionistas, típicas do governo Bolsonaro, poderem avançar no estado de São Paulo. Afora estes perigos, será preciso garantir adequado financiamento público para ciência e tecnologia.

O fato de se ter aventado o nome de Ricardo Salles para a Secretaria do Meio Ambiente é revelador do tipo de política que Tarcísio pretende aplicar na área socioambiental. As políticas privatistas adotadas pelos governos do PSDB ao longo das últimas décadas, certamente, poderão

ser aprofundadas, além do aceno ao agronegócio e avanço do desmatamento do pouco que ainda resta preservado no estado de São Paulo.

Outra área que estará sob a mira do governo eleito será a cultura. Mário Frias, ex-secretário do governo Bolsonaro, cotado para assumir a pasta da Cultura, representa uma ameaça para o setor, assim como foi em âmbito federal.

A visão que Tarcísio tem de segurança pública pode aumentar a letalidade da população e da própria polícia. O anúncio durante a campanha de que retiraria as câmeras dos uniformes da polícia militar – medida que reduziu mortes – vulnerabilizará ainda mais a população, especialmente as pessoas pobres, negras e periféricas que são as que mais morrem vítimas de violência policial.

A saúde pública provavelmente também seguirá ameaçada. A privatização da saúde já é uma realidade no estado e o governo Tarcísio poderá fazer avançar a lógica neoliberal. Preocupa-nos também os anúncios feitos pelo governador eleito de que a vacinação de crianças não será obrigatória para frequentar escolas. Os índices vacinais caíram enormemente nos últimos anos, fazendo com que doenças como a poliomielite voltasse a aparecer depois de décadas. As campanhas de vacinação e seu acompanhamento são políticas absolutamente basilares de saúde pública. É necessário que haja a retomada dos princípios básicos participativos do SUS nas políticas de saúde e sociais, garantindo a universalidade, a integralidade e a territorialidade no acesso à saúde.

Teremos de proteger as políticas de seguridade social e aposentadorias que, constantemente, sofreram ataques de sucessivos governos do PSDB. Para tanto, teremos de lutar pela revogação das contrarreformas da previdência, tanto em nível estadual, quanto federal.

Embora a eleição da chapa Lula-Alckmin signifique uma vitória do campo democrático, para seguirmos avançando, devemos permanecer firmes nas lutas em defesa das nossas pautas em nível nacional: pela revogação da Emenda Constitucional 95 (EC95 – teto de gastos), das contrarreformas trabalhista e do ensino médio, e contra o avanço da chamada “reforma administrativa”.

Por todos esses aspectos mencionados, conclamamos as juventudes, as entidades e os movimentos de trabalhadoras e trabalhadores, do campo e das cidades, a se juntarem na luta em defesa dos direitos e das liberdades democráticas! Contra as políticas da extrema direita!

São Paulo, 21 de novembro de 2022.

Assinam este manifesto:

- *Fórum Sindical, Popular e de Juventudes pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas*
- *Intersindical Central da Classe Trabalhadora*
- *Regional São Paulo do Andes – Sindicato Nacional*
- *Fórum das Seis*
- *Associação de Docentes da USP – Adusp*
- *Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp*
- *Associação dos Docentes da Unicamp – ADunicamp*
- *DCE Livre da USP Alexandre Vannucchi Leme*
- *Sindicato dos Trabalhadores da Unesp – Sintunesp*
- *Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – STU*
- *Sindicato dos Trabalhadores da USP – SINTUSP*
- *Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza – SINTEPS*